

Economia

DINHEIRO DO PETRÓLEO

“Decisão dá um freio de arrumação”

O governador Renato Casagrande comemorou a notícia e diz ter esperanças de que os direitos serão preservados

“A decisão da ministra está dando um freio de arrumação para colocar os fatos no lugar”, afirmou ontem o governador do Estado, Renato Casagrande, ao tomar conhecimento da liminar que suspendeu o efeito das novas regras de distribuição dos royalties de petróleo.

Ele comemorou a notícia e disse que tem esperanças de que os direitos dos estados produtores de petróleo serão preservados: “Estamos felizes da vida com essa decisão, que traz uma expectativa de que nossos direitos serão garantidos pelo Supremo Tribunal Federal.”

Casagrande lembrou que, enquanto os vetos presidenciais à lei dos royalties era votado no Congresso, todos os esforços foram para que a situação fosse resolvida no âmbito da política, evitando a judicialização da questão:

“Tudo o que pedimos aos parlamentares foi que tivessem cautela e que tomassem uma decisão equilibrada. O que pedimos ao Congresso, o STF está nós dando.”

O governador acrescenta que a decisão liminar evita ações administrativas, que impediriam a programação de projetos.

Segundo ele, o corte de 10% dos gastos com custeio que já estava sendo feito continua mantido, mas que o anúncio do adiamento de obras para contenção de gastos não será realizado antes de esperar a decisão final do STF.

Com a derrubada dos vetos presidenciais à lei dos royalties, a partir deste mês, o Espírito Santo já teria de ligar a partir deste mês com a perda mensal de R\$ 73 milhões. Ao final do ano, o prejuízo seria de aproximadamente R\$ 870 milhões e, até 2025, a estimativa é de uma perda de R\$ 10,5 bilhões.

Porém, em função da liminar, o Estado continua recebendo um re-



CASAGRANDE comemorou a medida cautelar da ministra Cármen Lúcia

“A decisão traz uma expectativa de que nossos direitos serão garantidos”

Renato Casagrande, sobre medida cautelar do Supremo Tribunal Federal

passe dos recursos do “ouro negro” normalmente.

ICMS

Hoje o governador Casagrande vai a Brasília participar de um en-

contro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, além de governadores de 26 estados, para definir uma pauta de assuntos relacionados ao pacto federativo.

Dessa reunião pode sair um texto de consenso sobre as regras de repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE), para votação ainda hoje, em Plenário.

Uma outra audiência pública está marcada para a quinta-feira, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O QUE ELES DIZEM

LEONARDO BICALHO - 23/03/2010



“Na interpretação da ministra prevaleceu a justiça. O Congresso brasileiro não pode tudo”

Ricardo Ferraço, senador

ARQUIVO/AT



“A notícia é boa e é sinal de que nem tudo está perdido. O STF se preocupou com a Constituição”

Rose de Freitas, deputada federal

ARQUIVO/AT



“Com a medida cautelar, os contratos serão mantidos. Essa é nossa primeira vitória no STF”

Magno Malta, senador

AGÊNCIA SENADO



“É uma boa notícia para o Estado, mesmo que temporária. Espero a confirmação no plenário do STF”

Ana Rita Esgário, senadora

“Vitória do povo capixaba”

“A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia atendeu todos os pedidos do governador Renato Casagrande. É a vitória do Estado, do povo capixaba”, afirmou o procurador-geral do Espírito Santo, Rodrigo Júdice.

A medida cautelar deferida ontem, que suspende a redistribuição dos royalties, deve ser votada amanhã pelos ministros do STF, segundo Júdice.

“É necessário aguardar a decisão do mérito. Mas nossa segunda batalha será vitoriosa. Os demais ministros vão pensar como a relatora Cármen Lúcia”, disse.

Rodrigo Júdice espera que a Advocacia Geral da União (AGU) não recorra da decisão provisória. “A AGU orientou a presidente Dilma Rousseff a vetar os artigos que tiravam o papel dos beneficiários dos royalties arrecadados. Os argumentos usados por ela para vetar foram iguais aos da ministra, por isso a AGU não deve recorrer”.

Já os estados não produtores de petróleo devem entrar com recursos contra a medida.

“A decisão do Congresso foi suspensa, é natural o recurso por parte dos senadores. Mas ele vai demorar muito para ser aprecia-

do”, informou.

Na última sexta-feira, o Espírito Santo protocolou Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei que muda a distribuição dos recursos de royalties do petróleo.

A ação pediu, inclusive, a derrubada das normas que tratam dos contratos de exploração de petróleo já assinados.

“A lei pode ser modificada, mas deve respeitar os contratos em vigor”, salientou.

FERNANDO RIBEIRO - 21/08/2012

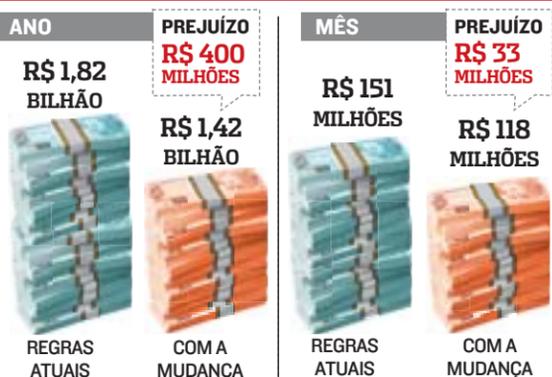


RODRIGO JÚDICE: expectativa

Entenda o prejuízo

Estado perde R\$ 400 milhões apenas neste ano

RECEITA DO ESTADO



RECEITA DOS MUNICÍPIOS



PARTICIPARAM desta reportagem: Ana Eliza Oliveira, Joyce Meriguetti, Luísa Buzin e Pollyanna Dias